



OBSERVATORIO
NACIONAL DOS
CIRVER

Rua da Murgueira, 9/9º – Zambujal
Apartado 7585
2611 – 865 Amadora

21ª Reunião do Observatório Nacional dos CIRVER

08 de outubro de 2020

ASSENTO DA REUNIÃO

A 21.ª reunião do Observatório Nacional dos Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos (CIRVER) realizou-se nas instalações da Agência Portuguesa do Ambiente, APA, tendo decorrido em regime misto, presencial e por videoconferência, e teve início pelo seu Presidente, o Eng.º Luís Mesquitella, o qual começou por apresentar-se por se tratar da primeira reunião a que preside, e dar as boas vindas aos membros do Observatório Nacional dos CIRVER (ONC) presentes (lista de presenças em anexo).

O Presidente lamentou o facto de não ter sido possível remeter a Convocatória e a ordem de trabalhos nos termos do estabelecido no Regulamento do Observatório, bem como os relatórios de atividade quer do observatório quer da atividade dos CIRVER, relativos aos últimos dois anos, não estarem disponíveis na página de internet do Observatório. Sublinhou, que o Regulamento do Observatório prevê *“elaborar um relatório anual de síntese sobre o ponto de situação da atividade de exploração dos CIRVER e da atividade do ONC, e submetê-lo à apreciação do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional”*. Acrescentou ainda, que estes relatórios são de extrema importância para haver transparência no que diz respeito à atividade desenvolvida pelos CIRVER. No que diz respeito ao relatório da atividade dos CIRVER, a Eng.ª Ana Cristina Carrola referiu que assim que possível a APA irá elaborar o relatório da atividade dos CIRVER relativo ao período em falta.

Outro dos assuntos abordados pelo Presidente do ONC foi o âmbito de abrangência do Observatório, que no seu entender deveria estender-se a todos os operadores de tratamento de resíduos perigosos e não apenas aos CIRVER. A Eng.ª Ana Cristina Carrola esclareceu que para tal seria necessário alterar o âmbito de atuação do Observatório visto este ter sido criado pelo Decreto-lei n.º 3/2004, de 3 de janeiro (diploma CIRVER), o qual só é aplicável aos CIRVER e acrescentou que este acompanhamento foi considerado necessário pelas especificidades destes operadores, nomeadamente a exclusividade que foi criada para estes operadores ao abrigo do diploma CIRVER. Em todo o caso, a Eng.ª Ana Cristina Carrola referiu que esta questão poderia ser colocada à consideração dos membros do ONC se o Presidente assim o entendesse. No seguimento, o Presidente deu a palavra aos membros presentes de forma a estes manifestarem a sua opinião sobre este assunto específico.

O representante da Associação de Municípios, o Sr. Presidente da Câmara da Chamusca, tomou a palavra, começando por felicitar o novo Presidente e fez saber a sua opinião relativamente ao âmbito de atuação do observatório: no seu entender o observatório deverá cingir-se apenas ao acompanhamento da atividade dos CIRVER. Contudo, considera que seria interessante ter conhecimento dos dados de produção nacional de resíduos perigosos e dos quantitativos relativos à entrada de resíduos em território nacional por Movimento Transfronteiriço de Resíduos (MTR), por forma a melhor acompanhar a sustentabilidade dos CIRVER. O representante da Associação de Municípios fez ainda saber que esta é também a posição da Câmara Municipal da Chamusca, representada pela Vice-presidente Cláudia Moreira.

No seguimento da intervenção do Sr. Presidente da Câmara da Chamusca, a Eng.^a Ana Cristina Carrola explicou que a APA tem vindo a fazer o acompanhamento dos operadores de tratamento de resíduos perigosos na perspetiva referida, publicando periodicamente os dados relativos à atividade desenvolvida por estes operadores. Acrescentou ainda que relativamente aos dados apresentados no estudo relativo aos resíduos perigosos, realizado em 2018, não houve grandes alterações uma vez que também não houve alteração das capacidades licenciadas destes operadores. No entanto, manifestou disponibilidade por parte da APA para partilhar estes dados.

Ainda na sequência deste tema interveio a Eng.^a Vera Noronha, representante da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, não tendo sido possível ouvir o seu parecer devido a problemas a nível sonoro do sistema de videoconferência.

O Presidente da Câmara da Chamusca deu nota que a Câmara promoveu um estudo relativo ao tráfego de viaturas para o Eco Parque do Relvão, que não existindo o troço de ligação do IC3 ao Eco Parque o trajeto destas viaturas é feito passando pelas diferentes localidades próximas do Eco Parque, tendo as conclusões deste estudo levantado preocupações em termos de segurança uma vez que se constatou uma pressão de tráfego excessiva. Acrescentou ainda que, nos últimos tempos o tráfego de camiões para o Eco Parque aumentou consideravelmente devido ao transporte de resíduos provenientes da resolução do passivo de São Pedro da Cova, resíduos estes que estão a ser encaminhados para as instalações do CIRVER Ecodeal, levando a um aumento de reclamações por parte da população devido ao desconforto causado a vários níveis, nomeadamente ao entupimento de trânsito, ao barulho causado e também à deterioração das infraestruturas. Mais uma vez sublinhou a importância da necessidade de se criar acessibilidades alternativas diretas para o Eco Parque, nomeadamente da construção do troço de ligação do IC3 ao Eco Parque do Relvão.

O representante da Associação de Municípios fez ainda saber que o Eco parque do Relvão não dispõe de momento qualquer espaço livre que possa ser disponibilizado para ampliação dos estabelecimentos que residem no Eco Parque, estando por isso a ser avaliada a possibilidade de alteração do PDM.

Por fim, o Presidente da Câmara da Chamusca revelou que falou com a Sra. Secretária de Estado do Ambiente relativamente ao aumento de capacidade do aterro dos CIRVER, a qual deu nota que à data o processo do SISAV encontrava-se na Secretaria

de Estado em análise por uma questão de enquadramento legal. No seguimento destas declarações, a Eng.ª Ana Cristina Carrola fez uma atualização do ponto de situação dos processos de licenciamento dos aterros de ambos os CIRVER que se encontram a decorrer, dando nota que a APA já tinha uma resposta positiva por parte da Sra. Secretária de Estado do Ambiente relativamente ao processo do SISAV, pelo que seria dado andamento a este processo dentro dos trâmites legais. Quanto à construção da nova célula da Ecodeal, uma vez que esta já se encontra licenciada, será algo mais célere uma vez que carece apenas de uma avaliação do cumprimento das disposições legais relativas à construção de uma célula de aterro.

Findo a intervenção dos membros do observatório, o Presidente retomou a palavra propondo a agenda para a próxima reunião, designadamente:

- Ponto de situação da atividade dos CIRVER até 2020;
- Proposta de plano de atividades para o ano 2021;
- Discussão do relatório de atividades do ONC 2018-2020;
- Novas acessibilidades ao Eco Parque do Relvão;
- Outros assuntos.

Foi aprovado que a próxima reunião fosse agendada para o dia 10 de dezembro.

Não havendo mais assuntos a tratar, o Presidente do Observatório deu por encerrada a reunião, sendo que após a saída dos representantes da Associação de Municípios, da Administração Regional de Saúde de LVT, da Câmara Municipal da Chamusca e da Autoridade da Concorrência, o Presidente do ONC concordou, por sugestão da Eng.ª Cristina Carrola, convidar os CIRVER para na próxima reunião, agendada para o dia 10 de dezembro, para que estes fizessem uma apresentação sobre a atividade desenvolvida por cada um até ao ano 2020.

ANEXO

Lista de presenças na 21.ª reunião do ONC

Organismo	Acrónimo	Nome
Observatório Nacional dos CIRVER	Presidente	Luís Mesquitella
Vogal da Agência Portuguesa do Ambiente	APA	Ana Cristina Carrola
Agência Portuguesa do Ambiente	APA	Rodrigo Gonçalves
Agência Portuguesa do Ambiente	APA	Inês Mateus
APA-secretariado técnico	APA	Cristiana Gomes
Autoridade da Concorrência	AdC	Fernando Xarepe Silveiro
Associação Nacional de Municípios Portugueses	ANMP	Paulo Queimado
Câmara Municipal da Chamusca	CM - Chamusca	Cláudia Moreira
Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo	ARSLVT	Vera Lúcia Santos Noronha